

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 509.932 - RN (2019/0135805-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : EMIVAL CRUZ CIRILO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : DI ANGELIS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE - RN010455
EMIVAL CRUZ CIRILO DA SILVA - RN012527
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : OZENILDA DA SILVA FERREIRA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de OZENILDA DA SILVA FERREIRA, contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, que indeferiu pedido liminar no HC n. 0802186-67.2019.8.20.0000.

Extraí-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante em 4/4/2019 pela suposta prática do crime previsto no art. 171, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal (estelionato tentado). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva (fls. 82/83). Ao receber a exordial acusatória, o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de revogação da prisão (fls. 83/84).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja liminar foi indeferida em decisão acostada às fls. 32/33.

No presente *writ*, o impetrante sustenta necessidade de superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, ante a alegada teratologia na prisão preventiva da paciente.

Aponta que, embora haja processos em trâmite contra a paciente, a imputação pelo delito de apropriação indébita, utilizada para fundamentar a reiteração delitiva, teria sido extinta por falta de provas.

Afirma que a paciente é mãe de uma criança de 7 anos, que depende exclusivamente de seus cuidados, salientando que desde o momento da sua prisão, a infante está em situação de vulnerabilidade, pois está sendo assistida exclusivamente por sua filha mais velha, de 17 anos.

Assevera ser o caso de prisão domiciliar, nos termos da nova redação do art. 318, inciso V, do CPP .

Superior Tribunal de Justiça

Pugna, assim, em liminar e no mérito, revogação da prisão preventiva da paciente ou por sua substituição por prisão domiciliar, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas.

A liminar foi deferida às fls. 89/93 para determinar que o Juízo de primeiro grau substituísse a prisão preventiva da paciente pela domiciliar, sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP.

Informações prestadas às 97/110, 124/141 e 144/151. O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *mandamus* às fls. 154/155.

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações encaminhadas pelo Juízo de origem, verifica-se que, em 29/8/2019, a prisão preventiva da paciente, na modalidade domiciliar, foi revogada, tendo sido determinada a expedição de alvará de soltura em seu favor.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *mandamus*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*, tornando sem efeito a liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator